

DF -**EDUCAÇÃO**

Ministério Público e Tribunal de Contas do Distrito Federal também querem saber por que há tantos problemas nas escolas públicas

Secretaria vai à Câmara explicar falta de professor

ANA HELENA PAIXÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

A Secretaria de Educação do Distrito Federal terá de explicar o tumultuado começo de ano letivo nas escolas públicas a pelo menos três órgãos. Ministério Público, Câmara Legislativa e Tribunal de Contas do DF querem saber por que faltam escolas, salas de aula e professores em várias cidades. Enquanto as contas da Secretaria serão auditadas pelo TCDF, distritais da Comissão de Educação e Saúde (CES) decidiram cobrar respostas da própria secretária Maristela Neves.

Os parlamentares marcaram para a tarde de ontem uma reunião extraordinária. O objetivo do encontro era debater por que as aulas começaram sem vagas, salas de aulas e professores para os quase 600 mil alunos matriculados em 2005. "A nossa primeira decisão foi aprovar a convocação da secretária Maristela Neves para nos explicar tantos problemas, os motivos e as ações para resolvê-los", afirmou a presidente da CES, deputada Arlete Sampaio (PT).

A partir do momento em que receber a convocação oficial, Maristela Neves tem prazo de 30 dias para comparecer à Câmara. "Não tenho nada a esconder", garantiu. Segundo ela, dos 833 professores excedentes, 800 já foram remanejados para cidades com maior carência, como São Sebastião, Paranoá e Recanto das Emas. Só ontem foram 30. Muitos, porém, não cumprem a determinação. "Eles tentam entrar com licença pessoal. Como não temos aprovado, entram de licença médica, transformando carências definitivas em provisórias", diz.

Blitz

Para resolver o problema, foram selecionados quase dois mil professores temporários (*leia quadro*), que devem se apresentar nas regionais de ensino amanhã cedo. "Deixaremos tudo pronto, distribuiremos as lotações, mas eles não vão assinar contrato até a Justiça permitir", explica Maristela. Caso a liminar que suspende as contratações temporárias continue válida e os remanejamentos não forem cumpridos, a secretaria convocará os professores que estão fora de sala de aula por motivos pessoais ou cedidos. "Só não vamos mexer com os requisitados pela Presidência da República e tribunais porque uma lei federal nos impede. Esperaremos só mais essa semana para agir."

Os distritais também vão percorrer as escolas para averiguar as dificuldades de alunos e professores neste começo de ano. O cronograma de visitas começou a

Daniel Ferreira/CB/25.2.05



PROTESTO NA QR 115 DO RECANTO DAS EMAS: PAIS QUEREM ESCOLA NOVA NO LUGAR DA DESTRUIÓA

RAIOS-X**PROFESSORES****32 mil**

é o total de professores na rede pública de ensino

6,3 mil

concursados entre 2000 e 2003 aguardam convocação

833

é o total de professores excedentes na Secretaria da Educação

800

foram remanejados de cidades como Brasília, Taguatinga e Ceilândia para locais mais distantes, mas vários se recusam a migrar

1.951

profissionais estão

fora de sala de aula, em licenças, requisitados ou cedidos para outros órgãos

1.951

é também o número de vagas oferecidas pela Secretaria para contratação de professores temporários

ESCOLAS**R\$ 93 milhões**

Foi o total previsto no orçamento em 2004 para construção, ampliação e reforma de escolas no DF – apenas R\$ 28 milhões foram aplicados

R\$ 96,5 milhões

É o total previsto para obras em escolas este ano

70

é o número de escolas que devem ser construídas, reconstruídas ou passar por reformas parciais ou totais em 2005

46

salas provisórias são construídas em seis pontos do DF

ALUNOS**575 mil**

é o total de estudantes que devem freqüentar a rede pública em 2005

5,6 mil

crianças de 5 e 6 anos, inscritos via telematriz, ficaram sem sala de aula

ser elaborado ontem, mas só será fechado dia 7. "Uma vez aprovado, começaremos a percorrer as escolas em situação mais crítica", adianta Arlete Sampaio. Caso da QR 115 do Recanto das Emas. A escola foi demolida para a construção de uma outra. Até hoje, os alunos estudam longe de casa.

Audiência pública

Também ficou marcada para o mesmo dia audiência pública com professores e representantes do governo local. A idéia é buscar um entendimento entre as partes e evitar que a categoria decida pela greve na assem-

bléia-geral do dia seguinte. Embora a secretária de Assuntos Sindicais, Dulce Tannuri, tenha convocado novas negociações para a quinta-feira, a diretoria do Sinpro não acredita em entendimento. "O mais provável é a greve. A secretária Dulce não tem autonomia para atender nossas reivindicações", pondera a diretora do Sinpro, Maria Augusta Ribeiro. Em campanha salarial, os professores querem, entre outras coisas, reajuste de 18%, tíquete-alimentação de R\$ 470 mensais, gestão democrática nas escolas e programas específicos de saúde e habitação.

Antes mesmo da reunião de ontem, as deputadas Arlete Sampaio e Érica Kokay (PT), vice-presidente da Comissão de Educação, já tinham levado ao Ministério Públíco pedido de abertura de representação contra a Secretaria de Educação pelos problemas no início das aulas. Os promotores açãoaram o Tribunal de Contas, onde foi aprovada a abertura de auditoria para checar os investimentos em educação desde 2003. O trabalho será feito durante o ano para verificar se o GDF tem cumprido a determinação constitucional de aplicar 25% de seus recursos na área.